

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicação do procedimento
na BEP ou Aviso em DR n.º

Código de Candidato(a)

(A preencher pela entidade empregadora)

CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO A QUE CONCORRE

Carreira / Categoria

Área de Atividade

CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo

resolutivo certo

resolutivo incerto

1. DADOS PESSOAIS (Preencher em maiúsculas, sff)

Nome Completo:

Data de Nascimento:

 / /

Sexo:

Masculino

Feminino

N.º de Identificação Civil:

Validade CC.:

 / /

Nacionalidade:

Morada:

Código Postal:

 -

Localidade:

Concelho de Residência:

Telemóvel:

Telefone:

Endereço eletrónico:

Assinale com X, para dar autorização.

Autorizo a utilização dos contactos fornecidos para efeitos de notificação no âmbito do procedimento supra identificado.

2. NÍVEL HABILITACIONAL

Assinale o quadrado apropriado:

01 Menos de 4 anos de escolaridade

02 4.º ano (1.º ciclo do ensino básico)

03 6.º ano (2.º ciclo do ensino básico)

04 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)

05 11.º ano

06 12.º ano (ensino secundário)

07 Curso tecnológico /profissional/ outros
(nível III ou IV)*

08 Curso de especialização tecnológica

09 Bacharelato

10 Licenciatura

11 Pós-graduação

12 Mestrado

13 Doutoramento

14 Habilitação ignorada

* Nível III ou IV : Nível de qualificação da formação (c/ equivalência ao ensino secundário)

2.1 Identifique o curso e /ou área de formação:

2.2 Indique qual(is) o(s) curso(s) de pós-graduação, mestrado ou doutoramento:

3. SITUAÇÃO JURÍDICO/ FUNCIONAL DO TRABALHADOR

3.1 Titular de relação jurídica de emprego público?

Sim.

Não.

3.2 Em caso negativo passe diretamente ao ponto 4. deste formulário.

Em caso afirmativo. Especifique qual o Vínculo de Emprego Público que detém:

3.2.1 Nomeação	Definitiva	<input type="checkbox"/>
	Transitória a termo resolutivo certo	<input type="checkbox"/>
	Transitória a termo resolutivo incerto	<input type="checkbox"/>
3.2.2 Contrato de Trabalho em Funções Públicas	Tempo indeterminado	<input type="checkbox"/>
	A termo resolutivo certo	<input type="checkbox"/>
	A termo resolutivo incerto	<input type="checkbox"/>
3.2.3 Situação Atual	Em exercício de funções	<input type="checkbox"/>
	Em licença	<input type="checkbox"/>
	Em Situação Mobilidade Especial	<input type="checkbox"/>
	Outra. Qual? _____	<input type="checkbox"/>

3.2.4 Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:

3.2.5 Carreira e categoria detidas:

3.2.6 Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço:

3.2.7 Posição remuneratória detida atualmente:

3.2.8- Avaliação de desempenho (últimos três anos):

Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS

4.1 Funções exercidas, diretamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Funções	Data	
	Início	Fim

4.2 Outras funções e atividades exercidas:

5. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

5.1 No caso de a publicitação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELECÇÃO

Se é titular da categoria e se encontra a exercer funções idênticas às do (s) posto (s) de trabalho publicitado (s) ou, encontrando-se em situação de requalificação, as exerceu por último e pretende usar da prerrogativa de afastamento dos métodos de seleção obrigatórios, nos termos do n.º 3 do artigo 36º da LTFP, assinale a seguinte declaração:

“Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios, Avaliação curricular e Entrevista de avaliação de competências, e opto pelos métodos Prova de conhecimentos e Avaliação psicológica”.

7. REQUISITOS DE ADMISSÃO

“Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º, da Lei Geral do Trabalho em funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06 (na sua redação atual), bem como, outros requisitos legais exigíveis à admissão ao presente procedimento concursal, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 13.º, da Portaria n.º 233/2022, de 09/09).

Sim

Não

8. NECESSIDADES ESPECIAIS

8.1 Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique o grau de incapacidade e tipo, bem como se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seleção.



9. DECLARAÇÃO [*alínea g*), do n.º 1 do artigo 13.º, da Portaria n.º 233/2022, de 09/09]

Sim Não

“Declaro que são verdadeiros os factos contantes na presente candidatura”.

Localidade:

Data:

 / /

Assinatura:

Documentos que anexa à candidatura:

Curriculum Vitae

Outros:

Certificado de habilitações

Comprovativos de formação

Declaração comprovativa de relação jurídica de emprego público (RJEP).*

(*) De acordo com o previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 14.º, da Portaria n.º 233/2022, de 09/09, e na Ata n.º 1 do júri, quando detentor(a) de relação jurídica de emprego público (RJEP), deve anexar Declaração comprovativa, em que conste: o tipo de relação jurídica de emprego público previamente estabelecida; a carreira e categoria de que seja titular; atribuição, competência e atividade que se encontra a cumprir ou a executar, ou por último haja cumprido ou executado, caraterizadoras do inerente posto de trabalho, conforme descrito no respetivo Mapa de Pessoal; tempo de exercício de funções na categoria, em anos, meses e dias, no quadro de integração em carreira (conforme n.º 1, do artigo 79.º, da LTFP) e no cumprimento ou execução da atribuição, competência ou atividade caraterizadoras do posto de trabalho objeto do presente procedimento; avaliação do desempenho referente ao último período de avaliação em que cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idêntica às do posto de trabalho a ocupar, ou, se for o caso, declaração comprovativa de que não foi avaliado nesse período com indicação do respetivo motivo; posição remuneratória correspondente à remuneração auferida.

REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD)

De acordo com o previsto no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD), os documentos e dados pessoais apresentados nesta candidatura são confidenciais, sendo conservados e integrados em ficheiros tratados pelo(s) responsável(eis) pelos mesmos, de acordo com o estabelecido na legislação vigente, nomeadamente nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

Os dados recolhidos têm como finalidade a avaliação e seriação de candidaturas, sendo incluídos numa base de dados informática. O tratamento dos dados é feito informaticamente, no estrito cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais, sendo armazenados em base de dados específica e, em situação alguma, os dados recolhidos serão utilizados para outras finalidades que não seja aquelas para a qual a lei ou o contrato permitem. Os dados recolhidos serão conservados pelo tempo estritamente necessário nos termos da lei.

Os dados pessoais recolhidos são os estritamente necessários para as finalidades referidas, sendo que tem sempre o direito de:

- Aceder, retificar, apagar (nas condições legais) e limitar o tratamento (nas condições legais) dos dados pessoais fornecidos;
- Conhecer da existência de qualquer violação de dados nos termos do artigo 34.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016;
- O direito a reclamar a uma autoridade de controlo – CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados - nos termos do artigo 12.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

DOU CONSENTIMENTO para que os meus dados pessoais sejam tratados para as finalidades acima descritas.

Assinatura:

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS NO ÂMBITO DO RGPD

Responsável pela Direção do Procedimento

Junta de Freguesia de Santa Maria Maior

210 416 300

filomena.marques@jfsantamariamaior.pt

Responsável pelo Tratamento de Dados

Junta de Freguesia de Santa Maria Maior

210 416 310

recursos.humanos@jfsantamariamaior.pt

Encarregado da Proteção de Dados

Jorge Oliveira

210 416 322

jorge.oliveira@jfsantamariamaior.pt